

Teatro — Temporada italiana

“La Giustizia”

Não há tarefa a que nos entreguemos com maior frequência e afinho, dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, do que julgar os outros homens. E quando o julgamento é instituído pela sociedade, por um crime real, em nome de leis bem definidas, o prazer só poderá ser duplo. Prazer moral, de se sentir superior, de condenar ou absolver, e prazer intelectual, de investigar e desenterrar a verdade. Os fatos não se apresentam candidamente aos nossos olhos mas através de uma massa obscura de documentos, de versões contraditórias, testemunhos falsos ou verdadeiros, depoimentos de boa ou de má fé. É desse amalgama imperfeito que temos de extrair a verdade. Em que circunstâncias e de que forma ocorreu o crime? O réu é inocente ou culpado? Não pode haver duas possibilidades igualmente prováveis. A verdade é em geral fugidia, subjetiva, aparecendo através de mais de uma fisionomia. Mas aqui lidamos com fatos e não com impressões. Há uma verdade e uma só verdade, que é preciso desvendar. Trata-se de uma charada, como se vê, de um quebra-cabeças privilegiado, que empunha a fundo toda a nossa argúcia, toda a nossa emotividade, toda a nossa sensibilidade psicológica, tendo como prêmio, para a parte adversária, a prisão ou a liberdade, a vida ou a morte.

É impossível que haja jogo mais fascinante. Não admira que os julgamentos celebres, quando persiste uma possibilidade de erro ou de simples dúvida, ou quando não conseguimos atinar com as razões monstruosas do crime, sejam capazes de atrair verdadeiras multidões em furia, dispostas aos maiores sacrifícios quanto à própria comodidade. E não admira também que o teatro (e o cinema, já que estamos com a mão na massa) volte com tanta frequência a essa situação, desde que Sofocles a inaugurou para o teatro ocidental, há dois mil e quinhentos anos, ao escrever “O rei Edipo”.

“La Giustizia”, encenada anteontem no Teatro Municipal, é mais uma dessas peças. Um crime foi cometido há

quinze anos, numa aldeia primitiva da Sardenha. Houve um erro judiciário muito pior do que o de liberar um criminoso: um homem inocente foi acusado. Saiu livre, por falta de provas, mas a macula, a dúvida, de alguma forma ficou. Pesa sobre a consciência da cidade, melhor informada do que os juizes, um certo remorso coletivo que se exprime afinal por intermédio de uma jovem histerica (pode-se, aliás, interpretar a sua denuncia como uma reminiscência infantil inconsciente). A justiça vai-se pôr de novo em movimento, procurando evitar as falhas antigas. Quase o consegue — mas chega tarde demais para que produza qualquer beneficio.

Tais temas da responsabilidade que recaí sobre qualquer ato de julgamento, foram exaustivamente tratados, no teatro italiano das ultimas décadas, por Ugo Betti. Mas a sua perspectiva é diferente. Pouco a pouco, a sua investigação desprendia-se da terra, passava para regiões puramente morais, julgava-se não mais o crime e sim o mal, concebido como presença metafísica, não um homem porém a sociedade.

A “inchiesta giudiziaria” de Giuseppe Dessi (é assim que a classificou o autor) não tem outro objeto a não ser a própria justiça. E’ ela que será julgada perante o publico, não este ou aquele individuo. E por isso fecha-se o drama um pouco antes da conclusão jurídica, deixada não em suspenso mas em esboço: já havíamos ouvido o suficiente para perceber que há no céu e na terra da Sardenha muito mais coisas do que sonham o “Maresciallo” e seus ingenuos “carabinieri”. A oposição, embora passiva, impremeditada, trava-se na verdade entre a aparelhagem jurídica e os habitantes da aldeia. De um lado, a policia, pouco habil para funcionar numa região onde até há alguns anos a justiça era sempre privada — e não errava nunca, segundo os padrões e os fins que tinha em vista. De outro, a passividade e o silencio campesinos, feitos em partes iguais de ignorancia, superstição, egoismo, medo de se comprometer, e de surda resistencia contra as ordens emanadas dos poderes constituídos.

Giuseppe Dessi partiu de um fato real. E talvez seja isto, este apego à realidade concreta, que não o deixou deslizar para a discussão filosofica, mal de tantos autores italianos após Pirandello. Se o seu drama não tem maior alcance social e moral, antes encaminhando do que propondo em termos precisos os seus problemas, também não se carrega de materia literaria inassimilada à ação.

O primeiro ato é construído com muita inteligencia, cheio de vida e movimento, colocando sem obscuridade ou didatismos excessivos a situação inicial. No segundo, as soluções são mais pobres dramaticamente, limitando-se quase a uma longa reevocação de fatos passados. Cai o interesse, sobretudo quando o texto é apresentado num teatro das dimensões do nosso Municipal, mais propicio às cenas amplas e coletivas do que ao intimismo de um dialogo a dois. No final, a peça torna a elevar-se, a animar-se, mas sem corresponder de toda às esperanças que suscitara.

“La Giustizia” foi dirigida por Giacomo Colli. O programa informa-nos que o jovem encenador italiano “acredita sobretudo no teatro realista, se bem que desvinculado dos equívocos naturalísticos ou intelectualísticos”. Essa é, de fato, a formula que melhor convém à sua encenação (e, de resto, à propria peça). Sem virtuosismos, sem exibicionismos diretoriais, o espetáculo desenvolve-se com clareza e força, transmitindo-se com fidelidade ao publico. E o elenco do Teatro Estatal de Turim torna a impressionar-nos pelo nível alto e homogêneo, indo com facilidade da contenção de gestos e de sentimentos das pessoas civilizadas — no caso, o juiz — até à largueza de gestos descritivos e a intemperança emocional dos camponeses, por vezes já proximos do histerismo. Como nos espetáculos anteriores, poucos nomes individuais a destacar: os de Paola Borboni e Renzo Giovampietro (a inteligencia com que dizem o texto faz com que não percamos uma palavra), e de alguns atores que ainda não havíamos tido oportunidade de ressaltar, como Gina Sammarco e Ivana Erbetta. Felippo Scelzo fez o papel principal — Pietro Manconi — com muito senso de composição fisica e psicologica mas, se não nos enganamos, com alguns cacotes da velha escola, inclusive uma certa vontade de impressionar o publico. Poderíamos também desejar, por parte da personagem, um pouco mais de revolta latente e um pouco menos de ceticismo, para justificar o desfecho violento. Belos cenários de Mischa Scandella.

“La Giustizia” foi, até agora, a peça mais aplaudida da temporada. Com razão, segundo o nosso modo de ver.